



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 030/2008
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos dois dias do mês de setembro de dois mil e oito, às 09:30 h (nove horas e trinta minutos) teve início, na sede do PREVIMPA situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a ducentésima sétima reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa os conselheiros Sérgio Luiz Brum, como presidente, e Gilmar Cardozo dos Santos, como Secretário. Estavam presentes os conselheiros titulares Adeldo Rohr, Adriana Nunes Paltian, Carlos Adolfo Bernd, César Marques Sarmento, Cláudio Meirelles Lago, Liége Mentz, Lourdes Veneranda Camaratta, Marcos Antônio Saraçol Pereira, Maria Luíza Zanotta Urbanetto, Maris Regina Vieira Honaiser, Omar Azambuja Condotta, Sueli de Fátima Mousquer, Valeska Donini Zorawski e Vera Anita Silva da Conceição e os conselheiros suplentes Carlos Leandro Ransan, Zaira Felipe Soutinho, Carlos Alberto Neis, Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes, João Carlos Prates, Idalina Fagundes Venturini, Marisa Ney Santos de Pinho, Antônio da Motta Gonçalves, Alexandre Miguel e Everton Oliveira da Fonseca. Iniciada a reunião, o presidente Sérgio Brum registra a presença do Diretor Administrativo-Financeiro Alex Fernando da Trindade convidando-o para compor a Mesa juntamente com o conselheiro e Diretor Previdenciário Adeldo Rohr. Passando para os informes, a conselheira Valeska convida o colegiado para o Concerto da OSPA, no dia 19/09/2008, em comemoração ao 1º aniversário da Escola do legislativo Julieta Basttistiolli – Câmara Municipal de Porto Alegre. O presidente Sérgio Brum convida os conselheiros para o jantar dançante promovido pela ASTEC, que ocorrerá em 18/10. A conselheira Maris também convida a todos para a posse da nova Diretoria do SIMPA dia 03/09 e para o ato público que ocorrerá em 11/09, às 10h, no Paço Municipal. Em seguida o conselheiro Marcos Saraçol procede a leitura da Ata n.º 29/08. que foi aprovada pelo colegiado. Na sequência o presidente Sérgio Brum comunica o pedido de inclusão da apresentação do relatório da proposta orçamentária/ 2009 na pauta do dia, como primeiro assunto a ser discutido, obtendo anuência dos conselheiros. Em seguida o conselheiro Everton procede a leitura do relatório, sugerindo a aprovação da proposta orçamentária. Aberto espaço para as manifestações o presidente Sérgio Brum sugere a revisão do terceiro parágrafo do relatório, pois da forma como está redigido dificulta o entendimento. O conselheiro Omar manifesta que não compreende como a comissão está aprovando a proposta orçamentária, que não atende plenamente às necessidades do PREVIMPA. O conselheiro César informa que já foi solicitada a suplementação orçamentária e como o orçamento já vem consolidado a comissão procurou demonstrar a intenção do PREVIMPA em buscar um maior espaço no orçamento. A conselheira Maris solicita esclarecimentos quanto à rubrica para a compra da sede. O conselheiro César esclarece que foi incluída rubrica prevendo despesas para a aquisição da nova sede, com valor simbólico, e de acordo com os entendimentos atuais a sede poderá ser adquirida ainda neste ano. O conselheiro Everton complementa que a comissão também solicitou o encaminhamento de ofício a fim de que o valor seja reconhecido em sua plenitude. A conselheira Maris manifesta que por mais que se tenha um acordo ainda não há registro no orçamento. Solicita ainda esclarecimentos quanto às despesas em treinamento e diárias, considerando que foi gasto muito mais em diárias do que em capacitação. O conselheiro César explica que as despesas em diárias também são decorrentes de treinamento e capacitação, esclarecendo que nas despesas em treinamento só é computado o valor das inscrições. O secretário Gilmar corrobora que a certificação CPA 10 de todos os servidores que integram o comitê de investimentos também envolveu despesas em diárias. A conselheira Maris pergunta o que aconteceria se o Conselho não aprovasse o relatório,

51 já que a proposta foi encaminhada fora do prazo e não atende aos nossos interesses. O conselheiro
52 César esclarece que o prazo fixado para 19/08/2008 era para inclusão dos recursos no Sistema de
53 Proposta Orçamentária – SPO, e o prazo para envio do orçamento vai até outubro. A conselheira
54 Sueli solicita esclarecimentos quanto às despesas do PREVIMPA. Alguns conselheiros se
55 manifestam e o presidente Sérgio Brum solicita que primeiramente os conselheiros façam os
56 apontamentos para que depois a comissão possa prestar os devidos esclarecimentos. O conselheiro e
57 Diretor Previdenciário Adeldo solicita esclarecimentos quanto às despesas com COMPREV e
58 serviços de terceiros. O conselheiro Omar manifesta preocupação quanto à resistência do GPO em
59 não incluir o valor total para aquisição da sede do PREVIMPA, sem garantia do que acontecerá na
60 próxima gestão. O Diretor Administrativo-Financeiro Alex da Trindade manifesta intenção em
61 modificar a forma de gestão dos anos anteriores, em que éramos subordinados à decisão do
62 Executivo Municipal e não éramos gestores dos nossos recursos, como exemplo o uso da sobra da
63 taxa de administração. Várias situações que foram apontadas pelo Conselho de Administração
64 ficam subordinadas aos valores insuficientes do orçamento, mesmo que o PREVIMPA tenha
65 valores suficientes em caixa. Considera importante manifestar discordância tendo em vista que o
66 PREVIMPA tem recursos suficientes e que estamos em setembro e já foram utilizados 95% dos
67 valores previstos no orçamento. A conselheira Valeska considera que há vários elementos para
68 serem incluídos no relatório, como a dívida do Executivo Municipal com o PREVIMPA. O
69 conselheiro César explica que esta é uma questão contábil e não orçamentária; a peça orçamentária
70 não determina a dívida, mas sim receitas e despesas, não é nesta peça que se faz este tipo de
71 registro. A conselheira Adriana corrobora que este registro não é feito no orçamento, acrescentando
72 que o Conselho de Administração já deliberou que a dívida fosse registrada no Balanço Patrimonial
73 do PREVIMPA, para podermos recorrer judicialmente. O conselheiro César explica que o
74 orçamento é elaborado pelo GPO e o PREVIMPA define a alocação dos recursos. Esclarece que a
75 situação apresentada pelo Diretor Administrativo-Financeiro Alex da Trindade também tem que
76 respeitar o plano plurianual. Expõe que a planilha constante no anexo 1 do relatório, é um
77 desdobramento do que vem da matriz orçamentária. Explica que na rubrica Outros serviços de
78 terceiros - pessoa física estão incluídos o aluguel de um dos andares da sede do PREVIMPA,
79 pagamento de jetons e pagamento de bolsa-auxílio aos estagiários. Acrescenta que o aluguel do
80 outro andar da sede está incluído na rubrica Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica. A
81 conselheira Adriana explica que o valor do COMPREV é uma estimativa com base no histórico das
82 compensações. Em relação às despesas do PREVIMPA, o Conselheiro César explica que a tabela
83 foi incluída no relatório para demonstrar a possibilidade de fazer remanejamentos no decorrer do
84 período. Explica que a rubrica treinamento inclui o valor das inscrições, exemplificando que no
85 caso de seminários o valor da inscrição muitas vezes é inferior ao valor das diárias. Acrescenta que,
86 em relação à rubrica serviços de impressão, estão sendo incluídas despesas para impressão do
87 Manual do Segurado. A conselheira Maris reitera que na rubrica de investimentos - imóvel para
88 2009 só foi incluído o valor de R\$ 300,00. O conselheiro César explica que foi incluído valor
89 simbólico a fim de que existisse a rubrica, visto que a intenção é de se adquirir a nova sede ainda
90 em 2008. Acrescenta que também foi recomendado envio de ofício para que a verba seja
91 reconhecida em sua plenitude. A conselheira Maris, diante da manifestação do diretor
92 Administrativo-Financeiro Alex da Trindade, pergunta o que aconteceu na prática em relação à
93 utilização da sobra da Taxa de Administração. Manifesta ainda, que a comissão está expressando,
94 que a proposta orçamentária não atende as necessidades do PREVIMPA em sua plenitude, além, de
95 ter sido encaminhada fora do prazo. Diante desses fatos, considera que o relatório não deve ser
96 aprovado. A conselheira Valeska solicita detalhamento das despesas do PREVIMPA para uma
97 melhor compreensão e também solicita esclarecimentos sobre a utilização da sobra da taxa de
98 administração. A conselheira Sueli solicita detalhamento do relatório, como as despesas em diárias,
99 aluguel e auxílio transporte entre outras, a fim de um melhor entendimento. O Diretor
100 Administrativo-Financeiro Alex da Trindade aponta o aumento de 53% em despesas de pessoal. O
101 conselheiro César explica que se refere à verba para pagamento de sentenças judiciais. O

102 conselheiro Omar reitera sua incompreensão com o fato de não ter sido reconhecido o valor total
103 para aquisição da sede do PREVIMPA, considera que há uma obrigação moral de se fazer este
104 registro. O conselheiro César explica que a comissão já está recomendando o envio de ofício para
105 que o valor seja reconhecido e também há contrato formalizando esta situação. Considera que a
106 referência ao ofício já colocou em destaque esse fato e a própria Direção do PREVIMPA já apontou
107 esta situação. Considera que a maior discussão em relação à proposta orçamentária do PREVIMPA
108 se dará no exercício seguinte, quando da formalização do plano plurianual. O presidente Sérgio
109 Brum manifesta que os conselheiros fizeram uma série de apontamentos, dessa forma sugere o
110 adiamento da pauta a fim de que os conselheiros se apropriem da matéria e para que possa haver
111 uma discussão tentando se obter um consenso, pois não gostaria que fosse rejeitado um relatório
112 que elaborado pelos próprios integrantes do Conselho de Administração. O conselheiro Cesar
113 considera que alguns itens poderão ser mais detalhados, a fim de esclarecer as dúvidas apresentadas
114 pelo colegiado. O Diretor Administrativo-Financeiro sugere que seja agregado o plano plurianual ao
115 relatório. A conselheira Lourdes observa que não se trata de aprovar ou não o relatório, mas sim a
116 proposta orçamentária e o presidente Sérgio Brum manifesta que o relatório da comissão está
117 indicando a aprovação da proposta. Em seguida o presidente Sérgio Brum registra a presença do
118 Diretor-Geral Luiz Fernando Rigotti e passa a palavra para que ele se manifeste. O Diretor-Geral
119 Luiz Fernando Rigotti explica que uma das primeiras dificuldades quando assumiu a Direção do
120 PREVIMPA, foi compreender como funcionava o orçamento. Relata que quando o PREVIMPA foi
121 organizado entendia que a estipulação da taxa de administração em 2% resolveria a questão
122 orçamentária do PREVIMPA, contudo de acordo com a legislação vigente o orçamento do
123 Município é único, equacionando as demandas de todos os entes do Município. O Executivo
124 Municipal que elabora o orçamento; podemos ter demandas internas que serão consolidadas pelo
125 Executivo Municipal observando a legislação vigente; não há como haver orçamentos distintos. A
126 sobra da taxa de administração evidencia a situação financeira do PREVIMPA e não a situação
127 orçamentária. Enquanto Diretor-Geral gostaria de poder utilizar os recursos da taxa de
128 administração, mas não há autonomia para elaboração de orçamento próprio. Explica que já estão
129 sendo abertas “janelas” no orçamento com base nas diretrizes da matriz orçamentária. Quanto à
130 verba para compra da sede explica que é decorrente de uma receita extra-orçamentária. Em relação
131 às Leis Complementares n.º 505/04 e 510/04, temos que tomar as providências quanto a
132 contabilização da dívida que já foi recomendada duas vezes pelo Conselho de Administração. A
133 conselheira Maris pergunta se já foi elaborada instrução normativa, sobre a utilização da sobra da
134 taxa de administração, conforme recomendação deste colegiado. O Diretor-Geral Luiz Fernando
135 Rigotti expõe que não tomou esta medida, pois não há como utilizar os recursos se não houver
136 previsão orçamentária. A medida seria inócua e não é o caso de discussão para a proposta
137 orçamentária. A conselheira Adriana expõe que o Conselho de Administração por duas vezes
138 recomendou a contabilização da dívida perguntando se foi enviado Ofício à Direção
139 Administrativo-Financeira com esta recomendação, sendo que o conselheiro e vice-presidente Omar
140 confirmou o envio do ofício. O Diretor Administrativo-Financeiro Alex da Trindade expõe que, em
141 torno de 40 dias atrás, foi organizada uma comissão composta pelas servidoras do PREVIMPA,
142 Simone Custódio e Adriana Paltian, para estudo e análise do registro da dívida, sendo que quem
143 organizou o grupo de estudo considerou que a Direção Administrativo-Financeira não deveria
144 participar, dessa forma entende que deva ser aguardado um retorno da referida comissão. A
145 conselheira Adriana explica que a comissão está analisando questões legais e tratativas de governo e
146 que há providencias operacionais que competem à Direção Administrativo-Financeira. O Diretor
147 Administrativo-Financeiro Alex da Trindade, manifesta que não há como se fazer os registros sem
148 as conclusões deste grupo de trabalho, que está tratando do mesmo assunto. Em seguida o
149 conselheiro Omar pergunta porque o GPO não incluiu a rubrica com o total do valor para compra da
150 nova sede. O Diretor-Geral Luiz Fernando Rigotti explica que é devido o valor ser decorrente de
151 uma receita extra-orçamentária. A conselheira Maris manifesta que, em relação à sobra da taxa de
152 administração, a Direção-Geral não acatou as recomendações do Conselho de Administração. A

153 conselheira Valeska sugere encaminhamento ao GPO para inclusão da rubrica com o valor total
 154 para compra da sede. O Diretor Administrativo-Financeiro Alex da Trindade relembra que, quando
 155 do comparecimento do representante da SMF em sessão do Conselho de Administração, foi
 156 informado que uma vez que os recursos estivessem gravados no orçamento, se tornariam receita
 157 orçamentária. O Diretor-Geral Luiz Fernando Rigotti explica que quando os recursos da venda da
 158 folha ingressaram, o orçamento do exercício de 2007 já estava consolidado, dessa forma os valores
 159 em questão se tratam de receita extra-orçamentária do exercício de 2007. Quanto às recomendações
 160 do Conselho de Administração manifesta que respeita todas as sugestões desde que também seja
 161 respeitado. Em relação à sobra da taxa de administração reitera que não há como criar uma reserva
 162 se os recursos não poderão ser utilizados, seria uma medida inócua. Em relação à recomendação da
 163 conselheira Valeska expõe que já está fazendo contato com os Secretários para que seja incluída a
 164 rubrica para a compra da sede. Explica que a questão orçamentária é formal e burocrática e não uma
 165 questão ideológica. Com relação às Leis 505/04 e 510/04 explica que há procedimentos políticos e
 166 burocráticos para solucionar a questão, e cada um tem que fazer a sua parte. A conselheira Valeska
 167 manifesta que de forma alguma está contestando a direção do PREVIMPA, mas sim fazendo
 168 sugestões enquanto conselheira. Diante das manifestações o presidente Sérgio Brum considera que
 169 a apreciação do relatório da proposta orçamentária deve ser adiada para próxima sessão. A
 170 conselheira Sueli ainda manifesta que, independentemente das divergências políticas, para o bom
 171 funcionamento da Autarquia a Direção Administrativo-Financeira teria que compor a comissão que
 172 trata da dívida do Município com o PREVIMPA. O Diretor Administrativo-Financeiro Alex da
 173 Trindade, manifesta que as questões relativas à L.C. 510/04, já foram apontadas pela Auditoria do
 174 Município, pelo Conselho Fiscal e ratificadas pelo Conselho de Administração. Inclusive este
 175 colegiado encaminhou ofício ao Ministério da Previdência Social consultando a legalidade do CRP
 176 diante da dívida existente no Município. Manifesta que a Direção Administrativo-Financeira vai
 177 buscar fazer sua parte, verificando situações que foram originadas no passado e que até a presente
 178 data não foram solucionadas. Passando para o segundo ponto de pauta o conselheiro Cláudio Lago
 179 procede à apresentação de dois dos prédios que foram visitados na semana passada pela comissão
 180 que trata da avaliação e escolha da nova sede. Os conselheiros solicitam que seja agendada nova
 181 visita ao prédio localizado na Rua Riachuelo para que todos conselheiros possam participar e a
 182 conselheira Maris sugere que seja realizada análise da documentação e avaliação do referido
 183 imóvel. Face o adiantado da hora o presidente Sérgio Brum solicita que a apresentação do Relatório
 184 da Direção Administrativo-Financeira sobre a aplicação dos recursos do PREVIMPA seja adiada
 185 para a próxima sessão. Encerrados os trabalhos foi lavrada a presente Ata que vai assinada por mim
 186 Gilmar Cardozo dos Santos conselheiro/secretário de mesa e pelos demais presentes.

187
 188
 189
 190
 191
 192
 193
 194
 195
 196
 197
 198
 199
 200
 201
 202
 203

Sérgio Luiz Brum – Presidente

Gilmar Cardozo dos Santos – Secretário

Adelto Rohr

Adriana Nunes Paltian

Carlos Adolfo Bernd

César Marques Sarmento

Cláudio Meirelles Lago

Liége Mentz

204		
205		
206		
207	Lourdes Veneranda Camaratta	Marcos Antônio Saraçol Pereira
208		
209		
210		
211	Maria Luíza Zanotta Urbanetto	Maris Regina Vieira Honaiser
212		
213		
214		
215	Omar Azambuja Condotta	Sueli de Fátima Mousqüer
216		
217		
218		
219	Valeska Donini Zorawski	Vera Anita Silva da Conceição
220		
221		
222		
223	Zaira Felipe Soutinho	Carlos Leandro Ransan
224		
225		
226		
227	Carlos Alberto Neis	Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes
228		
229		
230		
231	João Carlos Prates	Idalina Fagundes Venturini
232		
233		
234		
235	Marisa Ney Santos de Pinho	Antônio da Motta Gonçalves
236		
237		
238		
239	Everton Oliveira da Fonseca	Alexandre Miguel
240		
241		
242		
243		
244		
245		
246		
247		
248		
249		
250		
251		
252		
253		
254		